INDISCIPLINA NA ESCOLA

RODRIGO SOARES ROCHA

RESUMO
Conhecemos o problema encontrado pelos professores em sala de aula muitas vezes o desconhecimento por parte das leis pode interferir na gestão, pois o docente não sabe até onde vão os direitos e deveres dos alunos em relação à lei. O docente tendo um bom fundamento baseado na legislação vigente pode saber melhor como agir perante as situações de conflito ou até mesmo de uma violência contra a criança e adolescente, que tem o professor como mediador de conflitos. O docente que deve ser reflexivo perante das dificuldades apresentadas. A pesquisa distingue que o conhecimento do professor diante do estatuto da criança faz toda a diferença, pois o professor como mediador do processo educacional vai ter competência de agir com as dificuldades em relação a conflitos e com a indisciplina e até mesmo déficit de aprendizagem, pois um estudante vítima de violência não vai ter o mesmo rendimento na aprendizagem escolar que os demais estudantes. O professor juntamente com a equipe escolar ou até mesmo com a familia em torno da escola tendo os conhecimentos de direitos e deveres que regem a lei pode atuar de forma harmoniosa orientando os pais como agir diante de um abandono intelectual ou até mesmo diante de faltas constantes que tanto pode atrapalhar o seu andamento em sala de aula. O resultado das análises bibliográficas traz o professor reflexivo e atuante como peça fundamental para ajudar a proteger a criança vítima de violência exclusão abandono intelectual e exclusão social, pois o desconhecimento traz a negligência da sua fundamental importância para melhor gestão em sala de aula possibilitando um aprendizado significativo e qualidade de vida a criança. Enfim o professor como mediador tem papel fundamental para utilizar de estratégia reflexiva e embasamento para resolver as possíveis dificuldades em suas ações, como tratar seu aluno e como interagir juntamente como a equipe escolar e conselho de escola e sempre escolher a melhor solução para atuar de forma e compartilhar os conhecimentos diante do estatuto da criança e adolescente.

PALAVRAS-CHAVE: estatuto da criança e adolescente; professor reflexivo; equipe escolar.

ABSTRACT
We are aware of the difficulties encountered by teachers in the classroom; often, lack of knowledge of the laws can interfere with management, as the teacher does not know how far the rights and duties of students extend in relation to eca. The teacher, having a good foundation, can know better how to act in situations of conflict or even violence against children and adolescents who have the teacher as a mediator of their conflicts. The teacher who must be reflective in the face of the difficulties presented, the research points out that the teacher's knowledge of the child's status makes all the difference, as the teacher as mediator of the educational process will be able to better act with the difficulties in relation to conflict management and aspects such as indiscipline and even a learning deficit, as a student who is a victim of violence and abandons will not have the same academic performance as the others. The educator, together with the school team or even with the community around the school, having knowledge of the rights and duties that govern the law, can act harmoniously, guiding parents on how to act in the face of intellectual abandonment or even in the face of constant absences. This can disrupt your progress in the classroom. The result of the bibliographical analyzes brings the reflective and active teacher as a fundamental piece to help protect children who are victims of violence, exclusion, intellectual abandonment and social exclusion, as lack of knowledge leads to neglect of its fundamental importance for better management in the classroom, enabling learning meaning and quality of life for the child. Finally, the teacher as a mediator has a fundamental role to use a reflective strategy and basis to resolve possible difficulties in their actions, how to treat their student and how to interact together with the school

team and school council and always choose the best solution to act in form and share knowledge regarding the status of children and adolescents.

KEYWORDS: status of children and adolescentes; reflective teacher; school team.

INTRODUÇÃO

A pesquisa visa analisar a temática do estatuto da criança e do adolescente e suas influências na metodologia e reflexão do professor que com análise e reflexão pode de maneira positiva mobilizar conjunto a equipe pedagógica ações em torno de evitar casos de violência contra a criança e adolescente por muitas vezes vulneráveis diante das lacunas sociais.

O professor diante dos desafios em sala de aula, ou seja, no seu dia-dia encontra por muitas vezes casos de evasão escolar abandono intelectual por pais que desconhecem a legislação que protege a criança.

Diante dessa pesquisa visa-se buscar possibilidades em torno da reflexão e ação de como o conhecimento desse assunto pode melhorar a gestão do professor em sala de aula para buscar a proteção eficaz da criança e adolescente na escola que por muitas vezes não sabe se situar diante dos direitos e deveres causando evasão escolar e abandono.

O presente trabalho busca alternativa frente à legislação educacional vigente para demonstrar como o desconhecimento total ou parcial pode dificultar a ação do professor que visa um ensino de qualidade que realmente conduza a um aprendizado significativo sem esquecer-se da sua gestão contra indisciplina abandono escolar mau tratos e abandono intelectual.

A pesquisa visa contribuir com análise e comparação de autores para elucidar como o professor pode atuar de maneira harmoniosa e técnica no seu dia-dia para ser realmente um ser político e reflexivo no seu ato de ensinar e aprender constantemente.

Analisar e indicar as melhores possibilidades para intervenção pedagógica e da equipe escolar em torno da temática da legislação que protege a criança e adolescente diante da violência que tanto atrapalha a vida escolar do aluno, mas que por muitas vezes a legislação é desconhecida ou entendida parcialmente sendo assim não contemplada por pais professores e comunidade escolar.

Diante dos desafios e confrontações de autores e análise do estatuto busca-se uma melhor alternativa para que o professor possa fazer uma gestão consciente reflexiva e até mesmo política para saber lidar melhor com os casos de indisciplina evasão escolar, maus tratos abandono intelectual e toda violência contra a criança no ambiente escolar.

Busca se também analisar como a equipe escolar pode atuar de forma coletiva unindo professores, pais e comunidade local para discutir e se apropriar do conhecimento diante do tema, saber dos direitos e deveres e como a família pode ser peça chave, junto com a escola para uma educação de qualidade e que respeita o universo cultural da criança.

O tema é relevante visto que a desconhecimento por parte de professores, pais e comunidade escolar sobre os direitos e deveres em torno da legislação que ampara a criança, ainda existe uma grande lacuna, pois a violência ainda é um grande desafio social em nossos pais.

A análise crítica da gestão em sala de aula pode trazer uma mobilização diante da temática apresentada o trabalho busca responder qual a melhor maneira de lidar com os conflitos em sala de aula e como utilizar de benefício as leis que protegem a criança.

Investiga se como buscar a melhor alternativa para gestão em sala de aula de um tema que pode ser fácil ou complicado dependendo do modo que for conduzido pela equipe escolar para resolver os conflitos do dia-dia em sala de aula.

O estatuto como pauta e abordado de forma aliada a comunidade escolar assume um papel de grande importância no meio educacional, pois existem ainda muitas dúvidas em torno do assunto que deve ser refletido e analisado para uma ação eficaz e necessária por todos os envolvidos pais, professores profissionais da educação e sociedade.

Como os pais devem ser orientados para refletir suas responsabilidades e deveres diante do tema, como professores e equipe escolar devem atuar a pesquisa visa comparar as leis e autores para elucidar a problemática

levantada para uma busca incansável pela qualidade da educação.

Uma das questões levantadas é saber como as leis que regem o estatuto da criança e pode influenciar a melhora da aprendizagem e qualidade de vida dos alunos vítimas de violência seja qual for abandono, evasão escolar, maus tratos e outros, e como professor pode objetivar sua metodologia em frente a essa situação alarmante.

Qual a postura que o professor precisa para enfrentar as dificuldades em relação ao tema apresentado, como o conhecimento em torno das leis pode influenciar de maneira positiva a gestão de conflitos encontrados pelo professor em sala de aula no seu dia-a-dia.

A pesquisa visa responder qual é o papel do professor e da comunidade escolar diante do conhecimento das leis que protegem a criança e como essa situação de desconhecimento das leis pode influenciar de maneira direta ou indireta o aprendizado e qualidade de vida do aluno.

Portanto faz-se necessária a investigação e comparação de análises para dar a melhor resposta as confrontações bibliográficas a seguir.

É consideravél o avanço em torno das leis que regem o estatuto da criança e adolescente que veio trazer maior proteção aos direitos e deveres que possam assim servir de ferramenta a toda a comunidade escolar professores, pais, diretores e cidadãos em busca dos seus direitos.

No âmbito familiar continua a ser o meio onde as crianças vivem em condições insalubres, uma vez que seus tutores deveriam dar a segurança, carinho e atenção, assim crianças que crescem num ambiente violento, se tornam adultos violentos, desta forma, contribuímos para a construção de uma sociedade mais tranqüila que implica abraçarmos a causa e, realmente, "criar a cultura da paz", iniciando pela educação familiar, onde as famílias contemporâneas estão com dificuldades em cumprir com sua tarefa de formação, os educadores podem contribuir para auxiliá-las (RIBEIRO, 2009).

É preciso apoio da escola em especial o professor sempre em conjunto com família dando um suporte ou até mesmo denunciar casos de abandono, pois por muitas vezes os pais desconhecem o estatuto da criança e adolescente podendo até prejudicar a criança e sua evolução e na sua aprendizagem.

Dessa forma esses problemas também são uma questão legal e não tão-somente afetivos sociais ou educacionais, onde o artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que: é dever de todos velarem pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, ainda, no artigo 13, de maneira mais clara destacamos: "Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providencias legais (ECA, 1990).

É característica marcante certo isolamento social ou mudança repentina no aluno gerando até mesmo indisciplina com uma série de conflito que o aluno sozinho não consegue se resolver internamente e precisa de ajuda no caso do professor mediador e reflexivo diante das leis de proteção à criança sempre com apoio pedagógico da escola e da família respeitando as leis.

No âmbito familiar continua a ser o meio onde as crianças vivem em condições insalubres, uma vez que seus tutores deveriam dar a segurança, carinho e atenção, assim crianças que crescem num ambiente violento, se tornam adultos violentos, desta forma, contribuímos para a construção de uma sociedade mais tranquila que implica abraçarmos a causa e, realmente, "criar a cultura da paz", iniciando pela educação familiar, onde as famílias contemporâneas estão com dificuldades em cumprir com sua tarefa de formação, os educadores podem contribuir para auxiliá-las (RIBEIRO, 2009).

No caso específico de maus tratos pode trazer prejuízos irreparáveis à criança que vai mudar seu comportamento e por muitas vezes tem a escola como fonte de proteção com a sociedade atual os valores familiares estão cada vez mais em segundo plano o estatuto da criança e do adolescente vem sendo uma importante ferramenta até mesmo educacional pois o professor pode ate mesmo reparar os danos informando a unidade uma possível violência e maus tratos contra a criança.

O conhecimento adquirido em relação ao presente estudo beneficiou a compreensão da importância da prática pedagógica na construção de propostas e medidas de prevenção e principalmente em não se omitir diante dos maus tratos em crianças no âmbito familiar dentro da escola.

Dessa forma o estudo nos leva a constatar e afirmar o valor da prática pedagógica na identificação desses casos de maus tratos contra crianças e na intervenção em que o professor deve ter na decisão de ajudar e prevenir essas crianças que sofrem desses agressores quemuitas vezes são seus próprios familiares. E tomar umadecisão correta para que essas crianças não sejam depreciadas durante seu processo de ensino aprendizagem e para que elas não fiquem traumatizadas para a vida inteira.

Através das consequências da violência é dever da escola mediante a observação dos professores relatarem casos de maus tratos no âmbito familiar, onde o professor precisa estar frente a esses casos, principalmente observando os comportamentos dos alunos que podem indicar a ocorrência de maus tratos e analisar essa problemática no desempenho escolar dessas crianças (SAYEGH, 2009).

As dificuldades que a criança vai enfrentar em suas relações sociais na escola e em casa com a família deve ser tema de reuniões com pais e comunidade escolar deve ser compreendida e informada aos pais alunos e equipe escolar sobre a legislação em torno do estatuto da criança e adolescente que por muitas vezes e desconhecido ou parcialmente entendido. A violência contra a criança pode interferir de maneira negativa na vida escolar do aluno.

Desde As intervenções pedagógicas no contexto da criança que sofreu maus tratos têm por objetivo favorecer a notificação da ocorrência de maus tratos, fortalecerem os laços de pais e crianças, prevenção de maus tratos, assim possibilitando que a criança tenha a sua saúde mental preservada e deste modo favorecer a aprendizagem (SAYEGH, 2009). Das intervenções pode-se dizer que a notificação é a intervenção mais efetiva para a criança que sofre maus tratos com a notificação faz com que as autoridades legais enquadrem os autores da violência no programa, na tentativa dos pais não maltratarem seus filhos (BRITO et. al, 2009).

É fundamental reconhecer as mudanças bruscas de comportamento, pois a criança vítima de qualquer tipo de maus tratos pode apresentar comportamento violento com os demais colegas de sala, ou até mesmo crises de choro ou certo isolamento social cabe o professor analisar e conversar com a criança e investigar tal situação para que o rendimento pedagógico não fique abalado e a criança como centro do processo educacional não tenha seus direitos violados.

A criança necessita de condições ambientais, psicológicas adequadas para que haja aprendizagem, ou seja, a criança que estiver sofrendo maus tratos poderá ter a sua apren- dizagem prejudicada por conta do reflexo que a violência trará. Como: baixa autoestima, distúrbios de ansiedade, problemas de indisciplina, isolamento social, dificuldades em reter informação, deste modo, fazendo com que a criança tenha dificuldade em aprender e a apreender informação (SAYEGH, 2009).

A causa e, realmente, “criar a cultura da paz”, iniciando pela educação familiar, onde as famílias contemporâneas estão com dificuldades em cumprir com sua tarefa de formação, os educadores podem contribuir para auxiliá-las (RIBEIRO, 2009).

É preciso apoio da escola em especial o professor sempre em conjunto com família dando um suporte ou até mesmo denunciar casos de abandono, pois por muitas vezes os pais desconhecem o estatuto da criança e adolescente podendo até prejudicar a criança e sua evolução e na sua aprendizagem.

Dessa forma esses problemas também são uma questão legal e não tão-somente afetivos sociais ou educacionais, onde o artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que: é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, ainda, no artigo 13, de maneira mais clara destacamos: “Os casos de suspeita ou confir- mação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providencias legais (ECA, 1990).

É característica marcante certo isolamento social ou mudança repentina gerando até mesmo indisciplina esta constante pode gerar uma serie de conflito se estigmas que o aluno sozinho não consegue se resolver internamente e precisa de ajuda no caso o professor mediador e reflexivo diante das leis de proteção a criança sempre com apoio pedagógico da escola e da família

No âmbito familiar continua a ser o meio onde as crianças vivem em condições insalubres, uma vez que seus tutores deveriam dar a segurança, carinho e atenção, assim crianças que crescem num ambiente violento, se tornam adultos violentos, desta forma, contribuímos para a construção de uma sociedade mais tranquila que implica abraçarmos a causa e, realmente, "criar a cultura da paz", iniciando pela educação familiar, onde as famílias contemporâneas estão com dificuldades em cumprir com sua tarefa de formação, os educadores podem contribuir para auxiliá-las (RIBEIRO, 2009).

No caso específico de maus tratos pode trazer prejuízos irreparáveis a criança que vai mudar seu comportamento e por muitas vezes tem a escola como fonte de proteção com a sociedade atual os valores familiares estão cada vez mais em segundo plano o estatuto da criança e do adolescente vem sendo uma importante ferramenta até mesmo educacional pois o professor pode até mesmo reparar os danos informando a unidade uma possível violência e maus tratos contra a criança.

Entende-se por maus tratos qualquer dano físico ou psicológico não acidental contra criança, ocasionado por seus pais ou cuidadores, decorrentes de ações físicas, sexuais e emocionais, de omissão ou permissão, e que ameaçam seu desenvolvimento normal tanto físico como psicológico. O desenvolvimento da criança ocorre através das experiências de adaptação ao meio, às crianças adquirem uma forma própria de se desenvolver através da construção pessoal de conhecimento, e este processo é individual, pois ocorre através do conflito cognitivo causado pela relação do sujeito com o objeto. Isto define a construção individual como singular e diferente com tudo, a criança tem chance de errar e construir (BLAYA, 2006).

O conhecimento adquirido em relação ao presente estudo beneficiou acompreensão da importância da prática pedagógica na construção de propostas e medidas de prevenção e principalmente em não se omitir diante dos maus tratos em crianças no âmbito familiar dentro da escola.

Dessa forma o estudo nos leva a constatar e afirmar o valor da prática pedagógica na identificação desses casos de maus tratos contra crianças e na intervenção em que o professor deve ter na decisão de ajudar e prevenir essas crianças que sofrem desses agressores quemuitas vezes são seus próprios familiares. E tomar umadecisão correta para que essas crianças não sejam depreciadas durante seu processo de ensino aprendizagem e para que elas não fiquem traumatizadas para a vida inteira.

A vida moderna faz com que as famílias percam um contato natural que vem de anos, hoje não há mais tempo para as reuniões conversa com os filhos, os almoços e as celebrações em família, o ritmo de vida do mundo moderno esta cada vez afastando mais as pessoas.

É preciso que a família saiba qual é seu papel diante da educação dos filhos, pois a falta de tempo não pode ser desculpa para violência e casos de abandono que pode trazer danos psicológicos em longo prazo.

A escola deve fazer um elo, que às vezes pode ser rompido sabemos que a cri- ança por muitas vezes repete o comportamento que vem de casa causando assim brigas desrespeito entre professores alunos e até mesmo violência verbal física ou até casos de bullying.

Em uma sociedade em que os valores estão cada vez mais invertidos e a família que não consegue dar uma atenção necessária e não consegue educar sua criança que por muitas vezes vem de vulnerabilidade social, programas televisivos cada vez mais violentos e fora do contexto, como a escola pode ajudar a família uma questão que certamente pode ajudar seria uma reunião de pais com pauta ou até mesmo participação de um psicólogo tirando duvidas como educar corretamente para não se utilizar somente de violência e como seria uma estratégia adequada para cada situação.

Quando se deseja uma educação realmente preocupada com os valores e princípios

que regem os projetos políticos pedagógicos e preciso orientar a atuação da família e também denunciar quandopreciso somente com uma atuação conjunta podemos realmente ter uma educação de qualidade.

INDISCIPLINA NA ESCOLA

Um dos problemas frequentes em nosso sistema educacional é a Indisciplina, um mal que pode atrapalhar o aprendizado, mas que bem conduzido pode elucidar o trabalho do educador. É necessária uma ampla discussão com conselho de escola, equipe de mediação de conflito após análise, experiências fica evidente que a aproximação da família é necessária para que o trabalho pedagógico faça sentido ao aluno.

A escola como protagonista e um agente responsável por inserir o aluno na sociedade devem trabalhar questões de cidadania, inteligência emocional, bullying, racismo que são de grande relevância na sociedade atual, a escola deve saber seu poder transformador.

A escola deve saber qual caminho deve seguir dentro de sua proposta currículo, projeto político pedagógico, e projetos realizados pelos professores que são peça fundamental numa escola que se a favor de uma igualdade e equilíbrio onde se possa ter o conhecimento de direitos e deveres onde a legislação seja de conhecimento da família do estudante saiba o propósito.

A comunicação entre a escola e a comunidade é essencial no processo formativo dos alunos uma boa intervenção pode evitar muitos problemas relacionados com indisciplina ou até mesmo fatores que podem ocasionar um ambiente conflituoso é preciso que os pais saibam onde possam atuar diante da educação dos seus filhos e a escola precisa saber qual é o seu papel político pedagógico diante dos problemas do cotidiano escolar a presença da família na escola é fundamental até mesmo para a família saber como seu filho está na escola tanto em notas como todo seu processo pedagógico.

O professor deve equilibrar suas ações em sala de aula e saber que não existe somente direito, mas também deveres que o aluno deve cumprir em sala de aula e no ambiente escolar.

É preciso que o professor tenha sensibilidade e saiba identificar a origem dos casos de violência, desrespeito de qualquer ordem e comunique a direção da escola para uma possível reunião com os responsáveis legais da criança para mediação do conflito, pois uma falha de gestão em sala de aula pode inferir algum artigo o professor não pode guardar sozinhas suas frustrações é preciso conhecer um órgão de instância maio que é o conselho tutelar e suas ações.

A imensa necessidade em que o professor tenha acesso a acesso a cursos, palestras, e terem apoio de profissionais como psicólogos, neurologistas, médicos e outros especialistas para auxiliarem neste trabalho difícil no dia-dia escolar. Portanto, o trabalho com legislação educacional é um tema ainda a ser muito trabalhado em ambiente escolar.

Há falta de incentivo das autoridades competentes e nas políticas educacionais com relação à formação de profissionais capacitados e habilitados para atuarem com esses alunos vindos de camadas esquecidas de nossa sociedade e como efeito, vemos uma "lacuna" existente resultando na exclusão dos alunos por pais e vítimas da violência.

Em se tratando da formação inicial, entendemos que apesar da grande necessidade, muitos cursos de formação de professores não promovem o desenvolvimento e aprofundamento na área das necessidades especiais, ou até, por várias vezes, não divulgam este conhecimento de forma plena.

É imprescindível uma formação contínua, o que se apresenta aos professores raramente está inserido na sua realidade em que se identificam os problemas das necessidades especiais no caso em questão o autismo, sem contar que a disponibilização de recursos materiais oferecidos é crítica, insuficiente e inadequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após comparações às referencias bibliografias conclui-se que a metodologia intencional, ou seja, a ação do professor vai fazer total diferença para interveção de conflitos em torno das leis de proteção da criança e do adolescente, e umas das ferramentas primordiais é o conhecimento e reflexão das leis bem como a ação conjunta da escola coma a família.

Um dos resultados observado é que se conhecendo as características fundamentais do estatuto da criança e do adolescente o professor pode se apropriar do conhecimento chave para usar a lei a seu favor e conseguir melhorar sua gestaõ e conflitos encontrados no dia em sala de aula.

Entretanto, os professores têm que repensar o seu papel. Precisam desenvolver as competências situações de aprendizagem e estimular a aprendizagem e a autoconfiança nas capacidades individuais. O educador precisa refletir na mesma lógica das capacidades e atitudes que pretende ajudar a desenvolver nos alunos, tem-se que considerar um constante processo de autoformação e identificação profissional.

Faz-se necessária após análise que a ação do professor atuante e reflexivo e pesquisador e que busque sua atualização profissional que vai fazer toda diferença, pois sua estratégia pode incluir de maneira positiva o aluno com autismo para que futuramente o aluno possa ser inserido em nossa sociedade respeitando o universo cultural da criança.

O educador deve também conhecer as características principais do (eca), conhecendo para poder intervir diante das situações de conflitos apresentadas é necessário também o registro das situações ocorridas para que sirvam de orientação e encaminhamento de agressões para direção da escola e posteriormente para o conselho tutelar casos de maus tratos e violência contra criança e adolescente.

Na parte governamental é preciso investimento em toda educação dando também atenção à formação inicial dos professores e gestores.

A fim de ampliar o conhecimento em torno das leis que regem a educação é preciso ter formação continuada para que o professor possa agir diante das dificuldades e na relação de conflitos em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº. 8. 069 de 13 de julho de 1990.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Revista Sociologias. Porto Alegre, n. 8, ano 4, jul. /dez. 2002.

DELUTY, R. H. Alternative thinking ability of aggressive, assertive, and submissive children. Cognitive therapy and research. vol. 5, p. 309-312, 1981

MARCELO, Carlos Garcia. Formación del profesorado para el cambio educativo. ed. Barcelona: EUB, 1995.

PIRES, A. L. D. MIYAZAKI, M. C. O. S. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão de literatura para profissionais da saúde. Arquivos Ciências Saúde, v. 12, n. 1, p. 42-9, 2005.

Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdu- ção. 3. ed. Brasília: MEC, vol. 1, 1997.

WEBER, L. N. D. Videogame e TV. .. Socorro. Disponivel em: Acesso em: 12 dez. 2002

ZAGO, N. Processo de escolarização nos meios populares – As contradições da obrigatoriedade escolar. Em Nogueira, M. A; Romaneli, G, ZAGO, N. (Orgs.). Família e escola: Trajetória da escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 17-43.